

A materialidade da Escola Mineira no Século XIX (1825-1850)

Marcilaine Soares Inácio

Resumo

Esse artigo analisa o processo de configuração da instrução pública em Minas Gerais entre 1825 e 1852 focalizando o arranjo material da escola como estratégia de organização do ensino elementar. O objetivo é mostrar, como a partir das experiências com o método de ensino mútuo produziu-se uma materialidade para a escola elementar. Para isso identificamos e caracterizamos os utensílios e o mobiliário escolar, buscando demonstrar como a introdução de uma série de novidades materiais modificou o ensino. Para o período estudado recorremos aos relatórios dos presidentes da província mineira, a um conjunto de correspondências enviadas a eles por professores e delegados de círculos literários, à matéria Educação Elementar do jornal O Universal, a um compêndio e a uma lista de castigos do ensino mútuo.

Palavras-chave : Instrução pública em Minas Gerais; História da Educação.

Abstract

This article aims at analyzing the formation of public teaching in Minas Gerais from 1825 to 1855 focussing at the school material as organizational strategy for elementary education. Our goal is to show how from the experiences involving the mutual teaching method materials for the elementary school we created. We, therefore, employed identified and characterized the both the furniture and school utensils trying to show how the introduction of such tools changed teaching. We employed records used by the province presidents, letters sent to them both by teachers and deputies of literary circles, news from O universo (Newspaper), a manual and a list of punishments of mutual teaching.

Key-words : Ppublic teaching in Minas Gerais; History of Education.

O presente trabalho dedica-se a expor o processo de configuração da instrução pública em Minas Gerais entre 1825 e 1850 focalizando o arranjo material da escola como estratégia de organização do ensino elementar. No Brasil, ao longo do segundo quartel do século XIX, a escola foi produzida como peça fundamental no processo de consolidação do estado nacional e do ideário civilizatório. Ao investigar o processo de organização da instrução pública em Minas Gerais, a partir de meados da década de 20 dos Oitocentos¹, percebe-se que ele se deu contíguo a um movimento mais amplo de estruturação e legitimação do ensino público no Brasil. Neste movimento, a utilização de um método de ensino eficiente foi um ponto nodal da questão. Os sujeitos interessados na expansão da instrução pública elementar utilizaram diversas estratégias de difusão e implantação dos métodos de ensino mútuo, simultâneo e misto. Neste período foi se afirmando gradativamente a *forma escolar* como modo ideal de socializar as crianças e os jovens e de um modelo escolar de transmissão de conhecimento.

No período investigado notamos que os sujeitos envolvidos na organização do ensino elementar em Minas Gerais fossem eles presidentes de província, delegados de círculos literários ou professores conferem grande importância aos utensílios escolares e a seus usos no processo configuração da instrução elementar na província. Nesse sentido, uma reflexão de Roger Chartier nos ajuda a compreender as relações entre a materialidade da escola e as práticas que envolvem os seus usos:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas que através das quais ele chega ao leitor (CHARTIER, 1990, p. 127-8).

Verificamos que entre as décadas de 1820 e 1850 o ensino e a aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. Ao longo do século XIX o lugar da escola como instituição responsável pela instrução é produzido quando se constitui uma materialidade própria dos processos educativos escolares. Segundo Faria Filho (2002, p.19),

¹ O processo de escolarização em Minas Gerais na segunda metade do século XIX foi objeto de uma investigação realizada por Inácio (2003), os resultados encontram-se na dissertação intitulada *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. O referido estudo é parte de um esforço de pesquisa empreendido por pesquisadores vinculados ao GEPHE, apoiados pela Fapemig e CNPq, no sentido de melhor conhecer a história da educação na província mineira no oitocentos.

atentar para a materialidade e para as formalidades das práticas pedagógicas escolares é perceber que tais elementos dão a ver posições de poder no campo da educação, modos de fazer a escolarização e de instituir identidades pessoais e profissionais. Dispor dos objetos, dispor os objetos escolares é produzir a cultura escolar e inventar/inventariar formas próprias de instituir a escola.

A plena incorporação dos métodos de ensino propugnados durante a primeira metade dos Oitocentos, não foi possível. Às frustradas tentativas de implantação do método mútuo somar-se-iam, na província mineira, às experiências com o método simultâneo e o misto. Tais ensaios resultaram em mudanças nas práticas de ensino escolar que teriam como suporte uma grande diversidade de utensílios. Buscamos, então, identificar e caracterizar os utensílios utilizados nas escolas mineiras, estabelecendo uma relação entre esses objetos e as práticas de ensino presentes nas escolas mineiras entre as décadas de 1820 e 1850. Os documentos recolhidos e analisados durante a pesquisa viabilizaram a catalogação de diversos materiais presentes nas escolas mineiras no período investigado.

No que se refere ao recorte temporal este foi pensado levando-se em conta, por um lado, a publicação do jornal *O Universal*, a partir de 1825, no se que intensifica, em Minas Gerais, a produção dos debates sobre a necessidade de escolarizar a população, de organizar a instrução pública, de formar professores e de introduzir métodos simultâneos de organização da classe no ensino de primeiras letras. Tais debates incidiram diretamente na produção de uma nova materialidade para a instrução escolar. Por outro lado, a escolha do ano de 1850 deveu-se ao intuito de acompanhar as discussões sobre as novidades que se tentou introduzir no processo de estruturação do ensino público na província mineira no que se refere aos novos métodos de ensino e à introdução das inovações materiais.

Para o período estudado, recorremos aos relatórios dos presidentes da província, que nos permitiram ter acesso a um discurso político articulado sobre a instrução pública; à matéria Educação Elementar publicada pelo jornal *O Universal* em 1825, que constitui uma importante estratégia de divulgação e expansão do sistema lancasteriano nas Minas Gerais; ao Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mútuo, escrito pelo primeiro professor mineiro do ensino mútuo, José Carlos Marink, publicado em 1828, com o intuito de explicar aos professores e ao público em geral o sistema de ensino que a província adotara; a lista de castigos lancasterianos a serem praticados nas escolas mineiras, publicado em Ouro Preto em 1829²; a um conjunto de correspondências enviadas por

² Castigos Lancast erianos – Em consequência da Resolução do Exmo. Conselho de Governo da Província de Minas Gerias mandado executar pelos Mestres de 1^{as} letras e de gramática latina.

delegados de círculos literários e mestres de primeiras letras à Presidência da Província mineira entre de 1823 e 1853; à Memória sobre método simultâneo escrita pelo professor Francisco de Assis Peregrino, com a finalidade de divulgá-lo em Minas; recorremos ainda às dissertações sobre os métodos de ensino, escritas pelos alunos/professores da Escola Normal, nas quais se encontram relacionados alguns utensílios escolares; bem como à legislação educacional do período.

Nas fontes consultadas freqüentemente encontram-se descritas as práticas de ensino presentes nas escolas mineiras, bem como os discursos acerca dos métodos de ensino individual, mútuo, simultâneo e misto, acompanhadas de descrições detalhadas dos materiais escolares e de suas regras de utilização. O material escolar é um elemento muito importante no que tange a eficiência do processo educativo escolar e esta preocupação refere-se a todos os utensílios que fazem parte do arranjo material das escolas, sua falta e inadequação são motivos de preocupação. As informações recolhidas nos permitiram adentrar o cotidiano escolar por meio de sua materialidade.

Os métodos de ensino mútuo, simultâneo e misto apresentavam-se, na primeira metade do século XIX, como propostas de organização da classe, abarcando as várias dimensões do fazer pedagógico. O arranjo material era um dos fatores determinantes da eficiência de tais métodos. A aplicação dos mesmos postulava a diversificação e a racionalização do mobiliário e dos materiais escolares. Sua prática apoiava-se em uma grande quantidade de utensílios aos quais o professor deveria recorrer durante as aulas. Instrumentos como areeiros, ardósias de diferentes tamanhos, esponjas, lápis para escrever em pedras, traslados, tabelas para aprendizagem da leitura e do cálculo tornariam a aprendizagem da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas mais fácil e rápida. A crescente importância conferida aos materiais escolares relaciona-se diretamente à organização da ação educativa preconizada pelos métodos de ensino e à preocupação com a organização da instrução elementar em Minas Gerais ao longo dos Oitocentos.

No interior de um quadro de amplas mudanças, no que se refere ao processo de escolarização, o objetivo desse trabalho é mostrar, como a partir das experiências com o método de ensino mútuo conferiu-se uma crescente importância ao arranjo material da escola, assim como aos espaços mais adequados à prática educativa escolar. Tangencia-se a ação dos sujeitos, e as estratégias de que lançaram mão para a organização e a institucionalização da escola elementar, que a partir do segundo quartel do século XIX, produziram uma nova materialidade para o processo educativo vinculada à introdução dos novos métodos de ensino. Entretanto o esforço

maior deu-se no sentido de inventariar os materiais escolares³, que fizeram parte do cotidiano da escola, entre os anos vinte e quarenta dos Oitocentos, bem como de demonstrar como a introdução de uma série de novidades materiais complexificou a prática de ensino.

A utilização da pena de ave, do papel e da tinta para a escrever relaciona-se a duas culturas profissionais produzidas em momento bem anterior ao século XIX. A dos clérigos, centrada na prática de uma escrita tendo a vocação de modelar uma língua erudita cujo caráter escrito vai se acentuando com o tempo e a dos mercadores, apoiada ela também numa prática da pena mais prioritariamente dedicada ao registro e à transmissão de informações verbais ou cifradas. A lida com esses materiais tornou-se tarefa escolar quando se iniciou o processo de transformação dos saberes profissionais –ler, escrever e contar– em disciplinas elementares da escolarização (Hebrard, 1990).

A pena, o papel e a tinta são os materiais escolares encontrados com maior frequência nas requisições enviadas por professores e delegados de círculos literários ao governo mineiro, o que nos faz levantar duas hipóteses: 1^a que a materialidade proposta pelos novos métodos de ensino não atingiu um número considerável de escolas na província, 2^a que diante da carestia dos materiais específicos do método mútuo e do simultâneo, as pena, a tinta e o papel eram liberados com maior facilidade pelo governo. As duas hipóteses apontam para o fato de estes eram os materiais mais utilizados durante as atividades escolares. Seu uso freqüente pode nos induzir ao erro de considerar que a lida com eles era algo simples. Contudo a aquisição das habilidades necessárias ao manejo dos instrumentos da escrita era demorada tornando o processo de aprendizagem longo e dispendioso.

A pena de ave requeria um corte preciso na ponta, feito em sentido diagonal. Depois precisava mergulhá-la na tinta dosando-se a quantidade para em seguida iniciar a escrita. O corte nas penas era feito pelo professor com o auxílio de um canivete específico, tarefa que segundo Francisco de Assis Peregrino (SP 236, 1839. APM) diminuía o tempo dedicado ao ensino dos alunos. Utilizando-se a tinta, os borrões e os erros nos parecem inevitáveis, especialmente pelos alunos menores [(SP PP 1/42, cx. 09, env. 23) (30/09/1837). O pedido do delegado do 3^o Círculo Literário, ao governo, para mandar envidraçar uma coleção de traslados justificava-se porque assim “se conseguiria a duração e conservação dos traslados por mais longo tempo e se evitaria que os alumnos os estragassem salpicando-

³ Na categoria materiais incluímos os utensílios e o mobiliário escolar. Entretanto, excetuando o areeiro, esse não é objeto de uma análise pormenorizada no presente trabalho, sua apreciação encontra-se em INÁCIO (2003).

os de tinta e fazendo-lhes outros insultos, com que breve darão cabo deles” [(SP PP 1/42, cx.07, env. 67) (23/04/1837)]. A solicitação do delegado demonstra que escrever com pena e tinta não era uma tarefa fácil para os meninos.

Algumas das inovações materiais do método mútuo traziam consigo a possibilidade de superação desses problemas. A utilização dos areeiros e das ardósias tornariam a aprendizagem mais rápida e barata. Os alunos menores iniciariam o processo de aprendizagem da escrita escrevendo sobre mesas cobertas de areia, os areeiros. Terminados os exercícios bastava alisar a areia com um pedaço de madeira e a mesa estava pronta para ser utilizada novamente. Passada esta etapa os alunos escreveriam sobre os quadros de pedra ou ardósias com o lápis apropriado para fazê-lo. Assim o papel, a tinta e a pena ficavam reservados ao uso dos alunos que já eram capazes de manejá-los com maior facilidade.

Parece-nos que os areeiros estiveram presentes nas escolas mineiras ao longo da década de vinte e as recomendações sobre a maneira de utilizá-los se fizeram presente no jornal *O Universal* de 29 de julho de 1825.

Como a primeira classe de meninos aprende a formar as letras na arêa, he preciso que a meza, que se estende longitudinalmente ao longo do banco, seja adaptada para este fim somente. Assim he esta meza mui estreita, e com fasquias de madeira pelas bordas, para que a arêa, não caia para fora. O decurião tem na mão hum pedacinho de taboa com huma alça por onde lhe péga; e correndo esta taboinha, de huma extremidade da meza até a outra, por cima da arêa, aliza, e põe em estado de receber a impressão das letras.

O decurião, diz "preparar" a esta voz levantão todos os meninos da classe o dedo index para cima: e o decurião nomea a letra, por exemplo "A" cada menino escreve o seu "A" na arêa; e o decurião passa a examinar as letras de cada hum, e depois na volta a alizar a arêa.

He pois necessario que a meza sobre a que está a arêa tenha o caixilho por tal maneira, que as bordas sirvão como de regrado, occupando a letra toda a largura da meza que contem a arêa no que se marca o comprimento do corpo da letra, e das hastes superiores e inferiores, com sufficiente exactidão, para familiarisar os meninos com a figura das letras, e com as devidas proporções entre o corpo e as hastes das letras (29/07/1825).

Chamou-nos a atenção as variações de feitio dos areeiros. No *Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mútuo* o areeiro era a mesa que acompanhava o banco da 1ª classe. José Carlos Marink o descreve da seguinte maneira.

O primeiro banco pertencente á 1ª Classe tem a forma d'hum comprido, e estreito taboleiro, em cujo fundo se abrem d'us estreitos frizos distantes hum d'outro duas polegadas, que servem de regra ás lettras, que entre eles devem os alumnos formar.

Nas extremidades do referido fundo se abrirá em cada hum buraco, para por elle cair em gavetas proprias a areá, que hum macete conduzir, na rotina do desmancho das lettras escriptas, e já examinadas pelo monitor. (o taboleiro pode ter a largura de 6 polegadas) (Marink, 1828, p.14).

O areeiro descrito nas páginas d' *O Universal* e no *Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mútuo* é parte do mobiliário da escola. Algumas características do areeiro como a existência dos frisos, gavetas para receber a areia e o instrumento utilizado para desmanchar as letras escritas na areia, chamado ora *macete* ora *taboinha* diferem na descrição feita no jornal e no *Compendio*. O essencial não difere, utiliza-se a areia de forma que o mesmo espaço seja reutilizado nas lições de escrita e aritmética. Entretanto as características ideais de construção e utilização dos areeiros deveriam ser respeitadas, caso isso não acontecesse, a eficiência da instrução seria comprometida. O delegado do 1º Circulo Literário aponta, dentre os problemas verificados na escola de ensino mútuo de Ouro Preto em 1835, o uso inadequado deste instrumento como consequência da falta de tabelas para 1ª classe. No relatório apresentado ao governo, Luis Maria da Silva Pinto, demonstra sua preocupação no que se refere ao assunto. Segundo o delegado as letras e algarismos das tabelas utilizadas na primeira classe, deveriam ter o tamanho correspondente à largura da mesa de areia o que não ocorria. “Alem disso não se empregou a côr q. faça sobresahir as letras, nem se deixou extremidade para descanso dos braços, de maneira que qualquer excesso de areia enxovalha os meninos [(SP PP 1/42, cx.02, env. 63) (22/06/1835)]”.

O areeiro do qual falamos é um material próprio do método do ensino mútuo, mas encontramos na documentação outro areeiro que nos remete à escrita com tinta em papel. Esse areeiro acompanhava o tinteiro, e ao que parece, era um recipiente que continha uma fina areia utilizada para secar a tinta da escrita.⁴ Nas listas de materiais este utensílio vem acompanhando os tinteiros e é designado: *tinteiro com areeiro* [(SP PP 1/42, cx.01, env. 29) (22/03/1830)]ou *tinteiros de folha de flandres* (SP 234, 1839. APM), junto com os *areiros também de folhas*. Não encontramos na documentação mais detalhes sobre este tipo de areeiro.

Na organização material de uma escola de ensino mútuo grande parte das despesas deve-se à aquisição das ardósias, utilizadas

⁴ Villalta, 1997, p. 469, nota nº 100.

constantemente em todas as disciplinas; constituem uma inovação essencial do método, de que outras escolas não fazem uso. O esforço de sistematização e de standardização é levado ao extremo. Tudo é previsto: qualidade do objeto, dimensões conforme a classe onde se acham os alunos, altura das linhas em função da escrita grosseira, número de linhas para preencher a ardósia. O mesmo cuidado é dado aos acessórios: lápis, porta-lápis em anéis e almofada (LESAGE, 1999, p.16).

Nos inventários e nos pedidos de materiais para as escolas mineiras encontramos ardósias, lápis com que se escreve em pedras, esponjas para limpar pedra e caneta. Segundo a matéria *Educação Elementar*, publicada pelo jornal *O Universal*, as ardósias eram utilizadas pelos alunos da segunda, da terceira, da quarta e da quinta classe de escrita. De acordo com o *Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mútuo*, elas eram utilizadas pelos alunos do 1º, 2º e 3º bancos da 2ª classe e pelos aprendizes da 3ª classe durante os trabalhos de aritmética. A vantagem de seu uso residia no fato de que, assim como nos areeiros⁵, a escrita feita era apagada em seguida, podendo o espaço ser utilizando sucessivamente pelos mesmos ou por outros alunos. Encontramos três diferentes designações para o mesmo material *ardósias*, *quadro de pedra*, *pedras de xisto*. Os tamanhos também variaram sendo de ½ ou ¼ de folha. Algumas relações trazem somente *pedras*, sem especificar as dimensões; outras trazem detalhes, como *pedras para contar nº 30* ou *pedras finas de ½ guarneçadas e fixas para cálculos maiores* (SP 127, 1834. APM). Os tamanhos variavam segundo a classe à qual se destinavam.

Segundo *O Universal*, essa “pedra, em que os meninos escrevem, deve ser a pedra negra, ou schisto, commumente usada para estes fins; com oito pollegadas de longo, e quatro de largo” (8/8/1825). Pelo que as pedras eram retangulares, cujo comprimento era o dobro da largura. Dentre os acessórios para a escrita na pedra, temos as canetas, também chamadas de porta-lápis em anel. Ainda segundo o jornal,

a pedra deveria ser guarneçada com um “caixilho de pão, o ponteiro de pedra, com que se escreve, deverá esta atado á pedra por hum cordel de sufficiente cumprimento, para se poder usar sem ficar solto. Na parte superior da pedra deve haver hum alfabeto gravado de maneira permanente; o qual servirá de traslado aos meninos” (*O Universal*, 8/8/1825).

Em uma relação de objetos que deveriam vir do Rio de Janeiro encontram-se canetas de metal amarelo, assim descritas: “estas canetas devem ser como as que ordinariamente se acham nos estojos de matemática,

⁵ Refere-se às mesas cobertas de areia.

elas podem receber o lápis de pedra ou de outra qualquer matéria e ambas as extremidades que para esse fim são abertas a assentam por meio de duas argolas” (SP 236, 1839. APM). Os lápis para escrever nas pedras eram essenciais e constam com frequência nas listas, mas no lugar de almofadas utilizavam-se esponjas. O modo como estes objetos seriam utilizados era previsto:

Cada mesa terá tantas ardósias (lousas) embutidas sobre a madeira e presas por parafusos quantos forem os alunos (lavar de vez em quando com pedra pomes e pano molhado). Cada aluno recebe uma esponja pendurada no colo por meio de cordão e canetas com os competentes lápis de pedras (SP 236, 1839. APM).

A preocupação com as características do material escolar não foi direcionada somente aos areeiros, às ardósias e aos porta-lápis que as acompanhavam; as tabelas, os silabários, os folhetos e os compêndios também foram alvo da racionalização proposta pelos métodos de ensino na primeira metade do dezenove. Segundo Pierre Lesage (1999, p.16) a substituição dos livros por quadros foi uma importante inovação proposta pelo método mútuo:

A primeira razão é de ordem pecuniária: um quadro único é suficiente para nove alunos. Mas os motivos pedagógicos não são menos importantes. O formato permite uma leitura e uma disposição fáceis. O cuidado na apresentação e na valorização de certos caracteres é acompanhado de uma preocupação na disposição em páginas diferente da que é feita nos manuais. Os livros portanto não são excluídos, mas são reservados à oitava classe (LESAGE, 1999, p.16).

Os quadros aos quais Lesage se refere inclui os traslados, as tabelas, os silabários e as cartas. Esses materiais eram de fundamental importância na prática do ensino mútuo, simultâneo e misto, pois conferiam uniformidade ao que era ensinado. Os traslados e tabelas permitiam que os alunos, de cada classe, realizassem as tarefas juntos, pois um só modelo era suficiente para todo grupo, já as cartas parecem ser modelos utilizados individualmente pelos alunos, sendo chamadas também de traslados privativos. Estes quadros eram utilizados para ensinar a leitura, a escrita, o cálculo e também a constituição do império, sendo gradativos e apropriado à compreensão dos alunos de cada classe. A falta dos quadros nas escolas, era motivo de frequentes reclamações e requisições, por parte dos professores e delegados de círculos literários. O seu provimento era razão de grandes despesas para o governo.

Nas listas de materiais encontramos discriminados treze tipos de tabelas:

- Tabelas das formas de alfabeto
- Tabelas das letras consoantes
- Tabelas de sílabas de duas letras
- Tabelas de sílabas de três letras
- Tabelas de sílabas de quatro letras
- Tabelas de sílabas de cinco letras
- Tabelas que contenham articulações maiores com divisão de sílabas
- Tabelas de nomes
- Tabelas de caracteres numéricos
- Tabelas de divisão de quantidades
- Tabelas de geometria prática
- Tabelas contendo artigos da constituição do império
- Tabelas da constituição do império (SP PP 1/42 cx.1-14)

As tabelas das formas de alfabeto e das letras consoantes parecem ser os abecedários, designação também encontrada nos documentos e as tabelas de sílabas de duas, de três, de quatro, de cinco letras e aquelas de articulações maiores com divisão de sílabas são provavelmente os silabários. Encontramos ainda as denominações: leituras e de traslados irmanados. Os tipos de letra utilizados deveriam adequar-se à classe na qual os quadros seriam utilizados. O delegado Luís Maria da Silva Pinto, em 1835, detalha os motivos de sua inquietação quanto à falta de tabelas na escola mútua de Ouro Preto:

Desde a 1ª Classe se observa a penuria occorrente; de modo que os Alumnos mal podem divisar as letras, que lhes cumpre imitar. Quando se organisou a Aula, apenas, segundo me recordo, se lhes fazia presente um Abecedario de pequenas letras Romanas impressas, e a serie de algarismos Arabicos, Tambem impressos no formato proprio de duas polegadas. Presentemente existe dous Formularios identicos de Letras, e algarismos manuscritos fixados na Plataforma, porem improprios por serem apenas em bastardo, quando devião ter o tamanho correspondente à superficie apresentada na escrivaninha d'areia.

As mais Classes estão privadas das Tabellas gradativas, tanto para leitura, como para escrever, e contar. Esta privação data da abertura

da Aula em 1826, pois algumas Tabellas, das que vierão do Rio de Janeiro, e que se fixarão erão de letra redonda, e trincadas, sendo mister aos Proffessores, supprirém com alguns exemplares, e Traslados manuscriptos. E como o uso q se da especialmente nos semicirculos, depende de reformas/ talvez em cada semestre/, presente apenas se encontrão vestígios dessas poucas Tabellas primitivas; d'outras que aqui se imprimirão para Arithmetica, e houverão na Secretaria do Governo; e da Constituição, cujo suprimto se tem preenchido; de modo que as Tabellas de letra redonda quase se limitão á Constituição, só proprias da 7ª e 8ª Classes. O 1º Proffessor instou pela impressão de algumas e de folhetos proprios, e gradativos, o que não obteve. Elle confessava que na mesma Aula, em que aprendera se experimentavão semelhantes fallencias e que os Alumnos, acostumados aos caracteres Romanos, e Italicos, mal poderião ler manuscriptos. Estes inconvenientes tem offerecido argumentos contra o Ensino Mutuo, embora os Allumnos sahibão escrever, e contar (SP PP 1/42, cx 02, env. 63).

O professor Luis Fortunato da Silva ao requisitar tabelas e traslados ao governo da província, em 1832, dizia que as tabelas deveriam ser, como os traslados, impressas e de letra que pareça manuscrita, a fim de ser imitada pelos meninos, quando escrevem (PP1/42 cx 01, env. 51). Identificamos cinco tipos de letras que eram utilizados nas tabelas: letra bastarda, redonda, romana, itálica e manuscrita. A maneira como se produziam as tabelas, os traslados, os compêndios e as cartas variava podendo ser impressas, manuscritas, estampadas e litografadas. Acreditamos que os quadros estampados e litografados designem a mesma coisa⁶. A carência de quadros utilizados nas lições de leitura, escrita e aritmética foi mais um obstáculo ao processo de escolarização na província mineira, gerando reclamações como a do delegado José Agostinho Vieira, “o pouco cuidado de alguns pais em oferecer a seus filhos os objetos indispensáveis a sua instrução como modelos de escripta, cartas, papel, compêndios, e outros preparativos necessários embaraçam a regularidade do ensino” [(SP PP 1/42, cx.07, env. 42) (05/04/1837)].

Os folhetos e compêndios eram utilizados nas lições de leitura, escrita e aritmética, e assim como as tabelas e traslados conferiam uniformidade ao que era ensinado, mas os primeiros eram utilizados individualmente por cada aluno, ou seja, cada um teria um exemplar. A promulgação da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 foi a primeira providência legal no sentido de organizar efetivamente a instrução elementar no Brasil e um dos pontos chaves para organizar a instrução seria

⁶ A inferência deve-se ao fato de ser o processo de impressão litográfico muito parecido com a técnica da estampa.

determinar o que se ensinaria nas escolas de primeiras letras. O seu artigo 6º definiu que:

os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammática da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica, e apostólica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil.

Contíguo ao movimento do Governo imperial, os administradores mineiros procuravam organizar o ensino público de primeiras letras da província. Uma correspondência enviada pelo Conselho do Governo de Minas Gerais à câmara são-joanense, em 15 de março de 1828, e à câmara de Mariana, no dia 29, é reveladora das questões relativas à educação, de que se ocupavam os conselheiros. O documento é permeado por importantes questões no que tange à estruturação da educação escolar na província trazendo em seu conteúdo a importância conferida à instrução, como meio de superar a barbárie de um povo, a preocupação em aumentar o número de escolas femininas, e, sobretudo a recomendação e o enaltecimento do método lancasteriano. Nos interessa, no entanto, a preocupação que o Conselho demonstra em relação aos compêndios utilizados nas escolas. Vejamos o trecho da carta que trata do assunto:

[...] Não deseja o Conselho prescrever os compêndios pelos quais fossem ensinadas as doutrinas do Art. Sexto da lei de 15 de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, convencido de que a Autoridade deve limitar-se à repressão, principalmente em matéria de instrução, pois que a sua direção de ordinário mais empece que utiliza. Quando a Autoridade se ingere da Instrução da mocidade, se esforça em dispô-la a adotar as idéias que lhe convém, embora sejam elas verdadeiras ou falsas (...) fora indispensável não fugir o Conselho aos cachopos, em que até o presente ninguém tem escapado ao naufrágio. Reflete, porém, o Conselho que na atual penúria de compêndios, e tendo de os fornecer às Escolas, cumpria prescrevelos; que receava que, entregues a si mesmos, continuassem os mestres a infiltrar nos tenros espíritos da Mocidade erros e preconceitos que arraigados muito custam a perder. Nem de temer é a direção do Governo nas Escolas Menores em que se ensinam elementos mui simples, e princípios de verdades incontestáveis; não se aprende nelas opiniões sujeitas à influência de novas descobertas que regulamentos possam embaraçar. Resolveu, pois, o Conselho que nas Escolas públicas desta província seja ensinada a mocidade pelos compêndios que o Secretário do Governo está encarregado de fazer imprimir, continuando entretanto o atual método de ensino, e que, convindo fixar-se um tipo constante de letra, mandou formar traslados de uma só forma de letra que contenham a Constituição do Império [...] (Código 719, AHCMM; SOBRINHO, 2000, p. 60-64).

A falta dos compêndios é assunto abordado pelo delegado suplente do 13º Círculo Literário, João Pina e Vasconcellos em um parecer sobre a instrução pública redigido em agosto de 1837 (SP PP 1/42, cx.08, env. 71). Na opinião do delegado para promover o adiantamento da mocidade, a despeito das grandes quantias que o governo gastara com a instrução primária, dever-se-ia ainda destinar parte do orçamento provincial à elaboração e impressão de um compêndio ou plano de educação pública, cuja leitura seria prescrita em todas as escolas. Tal providência deveria ser tomada no sentido de evitar as divergentes explicações dos professores contribuindo para formar meninos bem moralizados e bons cidadãos, assim como um caráter nacional.

O mobiliário da escola, qual seja, a mesa e o estrado do professor, os bancos de assento, os bancos de escrituração, as mesas, os bancos para os alunos e os semicírculos, eram como os demais materiais caracterizados anteriormente, determinantes do sucesso do processo de escolarização. A riqueza de detalhes sobre o mobiliário escolar presente em toda a documentação pesquisada revela a importância destes objetos na configuração material das escolas. As dimensões das mesas, das escrivaninhas e dos bancos eram previstas conforme as atividades a serem desenvolvidas e as classes às quais se destinavam. As mesas deveriam ter um lugar próprio para guardar os materiais de leitura e escrita. O conforto era proporcionado pelos assentos para os braços nas escrivaninhas, para maior segurança dos alunos os móveis não deveriam apresentar quinas. Suas formas relacionavam-se também ao uso racional do espaço escolar e com a eficiência do processo de ensino e aprendizagem.

A racionalidade que se tentou introduzir na instrução escolar no século XIX seria conseguida também através do desenvolvimento de hábitos de ordem, regularidade, proporcionados pelo controle minucioso das atividades. Os trabalhos escolares eram divididos em etapas seriadas e graduadas, executadas pelos grupos de alunos, controladas por um sistema de sinais sonoros e visuais acionados pelo professor ou pelos monitores (LESAGE, 1999). Nessa perspectiva não se pode deixar de fazer referência, ainda que rapidamente a utensílios como as sinetas, os apitos, as campanhas, os instrumentos de castigos e os prêmios, fundamentais diante da proposta de instruir um grande número de alunos em pouco tempo.

Em 20 de maio de 1827, José de Queiroga, professor do ensino mútuo em São João Del-Rei, queixava-se ao vice-presidente da província por não ter recebido as medalhas que seriam utilizadas como prêmios em sua escola. Segundo o mestre, os prêmios, juntamente com a aplicação de algum moderado castigo, produziriam bons resultados no melhoramento da instrução. Entretanto, a ordem dada pela Presidência para a confecção das

medalhas não foi acatada pelo juiz de fora da Vila de São João, que exigia a apresentação de uma ordem escrita do governo. A fim de solucionar o problema, o professor requisitava ao vice-presidente da província que expedisse a ordem ao juiz para mandá-las fazer (SP PP 1/42, cx.01, env. 23).

No ano de 1830 o professor do ensino mútuo de Ouro Preto, Herculano Ferreira Penna pedia esclarecimentos ao Conselho da Província sobre o que daria como prêmio aos alunos mais aplicados e que apresentavam bom comportamento na aula. Segundo Herculano a premiação de alunos era recomendada e proveitosa e os resultados seriam maximizados se ele pudesse utilizar os compêndios de doutrina cristã e da constituição do império, que não só incitariam a emulação, mas serviriam também para o estudo particular dos alunos mais cuidadosos. A premiação dos alunos somada à aplicação de castigos apresentaria efeitos ainda melhores, mas o professor dizia que “por falta de instrumentos se não tem praticado os Castigos Lancasterianos, sem os quais não poderá reinar a boa ordem na Aula. Seguindo o Compendio⁷ adoptado para as Aulas menciono na relação aquelles instrumentos que são mais necessários”. Herculano requisitava, em 22 de março:

- Uma gonilha de pão,
- Algumas cadeias de pau, para pernas e braços,
- Uma cesta,
- Jugos de madeira para o pescoço,
- Grande casaca (SP PP 1/42, cx.01, env. 23).

O arranjo material das escolas foi considerado um fator decisivo do sucesso da instrução, juntamente com os materiais, os espaços físicos adequados se converteram gradativamente em um dos grandes desafios enfrentados pelos sujeitos interessados em criar no Brasil um sistema de ensino elementar. O interesse pelas questões relativas à materialidade da escola mineira no segundo quartel do século XIX foi despertado pelas reflexões apresentadas por Vidal e Gvirtz (1998) no trabalho intitulado *O ensino da escrita e a conformação da modernidade*, um dos poucos existentes no Brasil em que se focalizam, no período oitocentista, as

⁷ O compêndio ao qual Herculano se refere é o livro publicado em Ouro Preto em 1829, intitulado *Castigos Lancasterianos- Em consequência da Resolução do Exmo. Conselho de Governo da Província de Minas Gerias mandado executar pelos Mestres de 1^{as} letras e de gramática latina*. Nele estão descritos os instrumentos de castigos mencionados pelo professor.

relações entre o arranjo material das escolas de primeiras letras e o ensino da leitura e da escrita.⁸ Trabalhos como os de Vidal e Gvirtz (1998), Barra (2001) e Inácio (2003) inserem-se num movimento de reconfiguração da historiografia educacional, do qual emergem novos interesses, novos problemas e novos critérios de rigor científico, fazendo com que a antiga história das idéias pedagógica seja repensada.

A reconfiguração do campo da história da educação guarda uma estreita relação com uma nova compreensão da escola, das práticas que a constituem e de seus agentes. Nesse sentido, os historiadores da educação brasileira têm buscado,

penetrar a *caixa preta* escolar, apanhando lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise—como gênero—, e recortar temas—como profissão docente, formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita (CARVALHO, 1998, p 32).

Segundo Marta Carvalho a emergência de novas perspectivas de análise tem enriquecido sobremaneira a história da educação. O ambiente é propício para a configuração do campo de pesquisa de uma história cultural dos saberes pedagógicos. O olhar do pesquisador é direcionado para a materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação desses saberes pedagógicos. Isso nos permite uma exploração diversa e mais rica das mesmas fontes que serviram para fazer durante um longo período uma história da educação bipartida em história das idéias pedagógicas e história das instituições escolares (CARVALHO, 1998). As mudanças no campo de investigação operam uma mudança na compreensão do que vem a ser a instituição

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares e profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.31-40.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

⁸ Gostaríamos de chamar a atenção também para dois outros trabalhos que analisam a materialidade da escola no oitocentos, Barra (2001) e Inácio (2003).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplina e Integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002, p.13-35.

HÉBRARD, JEAN. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, p.65-110, jul./dez. 1990.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em educação)– Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org). *A Escola elementar no século XIX: o método monitoria/ mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.9-24.

SOBRINHO, Antônio Caio. *História da educação em São João del-Rei*. São João del-Rei: Funrei, 2000.

VIDAL, Diana; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 8, p.13-30, 1998.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. v.1, p.331-386.

Fontes

IMPÉRIO BRASILEIRO. *Lei Imperial de 15 de outubro de 1827*.

MINAS GERAIS. Castigos Lancasterianos em consequência da resolução do Exmo. Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, mandado executar pelos mestres de primeiras letras e de gramática latina. Ouro Preto: Governo Provincial, 1829.

MARINK, José Carlos. *Compendio explicativo sobre o methodo de ensino mutuo*. Ouro Preto: Thipografia de Silva, 1828. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de obras raras-39, 3,7. 71878.

O UNIVERSAL. Ouro Preto. 1825-1842.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Correspondências recebidas pela presidência da Província* (1823-1852) SP PP 1/42 caixas 1-14

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Ofícios dos delegados dos círculos literários ao governo (terceiro e quarto trimestre)*. 1839. SP 234. APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Ofício de professores primários ao governo da província*. 1839. SP 236. APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Originais mais pareceres e atos relativos a exames de Instrução Pública* (1846-1850). SP 392. APM.

MINAS GERAIS. *Registro de requerimentos, queixas, representações*. SP 127. APM

MISCELÂNEA. Livro: 719. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Marcilaine Soares Inácio ; FaE/UFMG; Marcisoares@yahoo.com.br
--

Data de Recebimento: 18/08/2005

Data de Aceite: 20/02/2006